

---

A BRUXA E O BARÃO: REMINISCÊNCIAS DA HERESIA  
E DA INQUISIÇÃO NA NOVELA A FEITICEIRA,  
DE ANTÔNIO JOAQUIM DA ROSA, O BARÃO DE PIRATININGA

---

*The Witch and the Baron: Reminiscences of Heresy and of the Inquisition in the novella A Feiticeira (The Sorceress), by Antônio Joaquim da Rosa, the Baron of Piratininga*

DOI: 10.14393/LL63-v39-2023-23

Kenia Maria de Almeida Pereira\*

Emanuelle Amaral Almeida Marçal\*\*

---

RESUMO: Este artigo apresenta como principal objetivo uma análise do livro *A feiticeira*, do escritor romântico do século XIX, Antônio Joaquim da Rosa, mais conhecido como O Barão de Piratininga. Essa narrativa dialoga tanto com a tradição clássica literária como com histórias orais de matrizes populares, fazendo parte do “tecido fáustico”, que, nos dizeres de Jerusa Pires Ferreira, está calcado principalmente nos pactos diabólicos. Os inúmeros castigos destinados à personagem Cora Mendes, considerada bruxa e herege, podem ser interpretados como alegorias da Inquisição portuguesa, cujos mecanismos mais cruéis para controlar ou eliminar suas vítimas eram a tortura e o terror.

PALAVRAS-CHAVE: Feiticeira. Barão de Piratininga. Heresia. Inquisição. Antônio Joaquim da Rosa.

ABSTRACT: This article aims to analyze the book *A Feiticeira (The Sorceress)*, by 19th-century Romantic writer Antônio Joaquim da Rosa, known as the Baron of Piratininga. This narrative dialogues both with the classical literary tradition and with oral stories from popular sources, as a part of the “Faustian fabric”, which, in the words of Jerusa Pires Ferreira, is based mainly on diabolical pacts. The countless punishments given to character Cora Mendes, considered a witch and a heretic, can be interpreted as allegories of the Portuguese Inquisition, which used torture and terror as its most cruel mechanisms to control or eliminate its victims.

KEYWORDS: Sorceress. Baron of Piratininga. Heresy. Inquisition. Antônio Joaquim da Rosa.

---

---

\* Doutora em Literatura Brasileira pela UNESP/São José do Rio Preto. Professora na graduação e no programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). ORCID: 0000-0002-2005-2049. E-mail para contato: keniapereira(AT)ufu.br

\*\* Graduanda em Letras: Língua Portuguesa e Literatura na Universidade Federal de Uberlândia. Desenvolve Iniciação científica no Laboratório de Estudos Judaicos (LEJ), orientada pela professora Kenia Maria de Almeida Pereira. ORCID: 0009-0000-8221-1327. E-mail para contato: emanuelleamaralalmeida(AT)gmail.com

Ao visitarmos o acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, procurando o verbete “bruxa” para complementarmos nossas pesquisas sobre mulheres hereges na literatura e na Inquisição portuguesa, nos deparamos com um interessante livro editado pela livraria José Hypólito da Silva, em 1919. Esse opúsculo, de apenas sessenta páginas, intitulado *A feiticeira: novela são-roquense*, do autor paulista Antônio Joaquim da Rosa, mais conhecido como o Barão de Piratininga, chamou nossa atenção. Fizemos o download e estava ali ao nosso alcance, em poucos segundos, mais uma narrativa ficcional sobre bruxas brasileiras que, com certeza, ampliaria os nossos estudos. Coincidentemente, dias depois, perambulando por algumas lojas de livros usados em São Paulo, quis o destino que nos encontrássemos novamente com *A feiticeira*, do Barão de Piratininga, mas, desta vez, ela se materializou em versão impressa, com linguagem atual, em formato de brochura, publicada em 2019 pela editora carioca Vermelho Marinho.

Assim, elegemos este charmoso exemplar, garimpado num sebo, como a referência de nossas citações neste artigo, mas, claro, sem perder de vista também o livro da Biblioteca Digital, voltando, aliás, algumas vezes a ele para cotejamento entre um texto e outro.

O Barão de Piratininga, autor desta intrigante novela, pouco conhecido nos meios acadêmicos, nasceu em 1820, em São Roque, cidade do interior de São Paulo. Segundo o site da Academia Paulista de Letras ([20--]), Antônio Joaquim da Rosa dedicou-se ao comércio, à política e à literatura. Exerceu, por vários anos, o cargo de deputado, além de ter colaborado em periódicos como “Diário Mercantil, Correio Paulistano, Jornal do Comércio, Almanaque Literário de São Paulo, Revista dos Novos e outros”.

O acadêmico professor Erwin Theodor Rosenthal ([20--]), em discurso de posse da Academia Paulista de Letras, ao ocupar a cadeira 19, da qual o Barão de Piratininga é o patrono, aponta para o fato de que Antônio Joaquim da Rosa prestou grandes serviços comunitários à sua cidade natal, além de proporcionar-lhe crescimento econômico e social, principalmente quando incentivou a criação da Santa Casa de Misericórdia de São Roque, como também a fundação da Estrada de Ferro Sorocabana. Mas, talvez, seu maior mérito tenha sido ter abraçado o movimento abolicionista no Brasil. Dessa forma, por essa atitude política, em 1872 ele foi agraciado “com o título de Barão de Piratininga, principalmente pelo apoio dado à elaboração da Lei do Ventre Livre”.

Leitor ávido dos grandes clássicos, o Barão lia e apreciava Goethe, como também o filósofo Johann Kaspar Lavater. Conhecia, ainda, segundo Rosenthal ([20--]), Pournier e Proudhon, bem como “o teatro de Racine e as Reflexões e Máximas Morais, de La Rochefoucauld”.

Cético, melancólico e anticlerical, o Barão morreu deprimido e solitário. Mandou inscrever em sua lápide apenas uma palavra: “Ninguém”. Celibatário e asmático, o Barão de Piratininga podia ser visto, no findar de seus dias, segundo Joaquim Silveira dos Santos (2010, p. 55) em seu livro São Roque de outrora, “debruçado sobre a sacada de sua casa, buscando o ar para os pulmões” e “a soltar longos gemidos, quase sufocado na opressão da dispneia”. Este sofrimento intenso com a doença respiratória, nos anos finais de sua vida, o afastou do convívio social e dos amigos mais próximos. Com a morte da mãe, recolheu-se à sua solteirice, isolando-se cada dia um pouco mais, até falecer aos 65 anos, em São Roque, na mesma cidade que um dia o viu nascer.

Suas histórias, escritas em pleno Romantismo, absorveu o que essa escola literária tem de mais excêntrico, ou seja, suas narrativas estão costuradas pelas linhas do bizarro e do exótico. Antonio Candido, ao estudar o folhetim de Teixeira e Souza, observa que as histórias sentimentais deste autor romântico do século XIX estão calcadas no “incomum”, no “excepcional” e no “miraculoso”: fatores que tomam conta da cena. O mesmo se pode dizer dos livros do Barão. Esse autor, tal qual Teixeira e Souza, evoca também, em seus escritos, “mistério e fatalidade”, englobando ainda “o imprevisto, a surpresa, o quiproquó, o desconhecido, as trevas...” (CANDIDO, 1981, p. 128).

Joaquim Silveira Santos (2010, p. 113) comenta que os livros do Barão de Piratininga sempre estiveram longe da densidade dos escritores consagrados, valendo, contudo, “como promessas, como sinal do que o autor produziria, se persistisse na carreira das letras se não tivesse a sua vocação abafada pela agitação da política”.

Além de *A feiticeira* (1849), O Barão de Piratininga também publicou *A assassina* (1854), novela de costumes, além do romance *A cruz de Cedro* (1854). De 1881 a 1884, escreveu ainda poesias e crônicas em revistas e almanaques literários do Estado de São Paulo. Suas narrativas circularam primeiramente em jornais, revistas ou em formato de folhetim, depois, no início do século XX, impressos em formato popular, foram vendidos e distribuídos

tanto em livrarias como em bancas de jornal. Sua literatura pode ser classificada dentro daquilo que Jerusa Pires Ferreira (2010, p. 13) intitula de “cultura das bordas”, ou seja, uma produção literária periférica, longe dos centros acadêmicos, e não legitimada pela alta cultura.

A novela *A feiticeira*, antes de vir a público em formato de livro, foi estampada na Revista Iris, coordenada por Feliciano de Castilho, em 1848. Segundo Hélio Lopes (1997, p. 185), em Letras de Minas e outros ensaios, tal feito foi “uma pequena consagração para o moço de vinte e sete anos, provinciano, de alguns estudos, mas com vistas numa vendinha de secos e molhados”. Depois do sucesso na Revista, *A Feiticeira* irá circular, a partir do início do século XX, em edições populares, com pequenas ilustrações, livrinhos baratos, em papel singelo, editados por José Hypólito da Silva. Esta literatura considerada das bordas, como dissemos antes, está impregnada, segundo ainda Jerusa Ferreira (2010, p. 13), “de uma tradição oral persistente”, além de estar entrelaçada ao mundo dos “Faustos populares”.

Ora, *A Feiticeira*, do Barão, apresenta todas estas características apontadas por Jerusa Ferreira: além de beber em textos da oralidade sobre curandeiros e cartomantes, bem como em manuais de magia, dentre eles *O Livro de São Cipriano*, também dialoga com o capítulo “A cozinha da bruxa”, pertencente ao Fausto, de Goethe.

O enredo de *A feiticeira* gira em torno de uma tragédia que envolve tanto a bruxa Cora Mendes como os amantes Anacleta Gonçalves e Astolfo. O autor inicia seu tenebroso conto usando artifícios para seduzir e provocar a curiosidade do leitor: ou seja, os mesmos recursos iniciais quando ouvimos histórias orais folclóricas ou os “causos”, ou mesmo as narrativas dos irmãos Grimm. O Barão de Piratininga revisita o “Era uma vez uma bruxa que vivia num lugar distante...”, dando início a sua história com a frase: “Nos anos de 1830, existia, nos arredores de São Roque, uma mulher já idosa” (ROSA, 2019, p. 7), velha solitária e misteriosa, a qual habitava um casebre miserável. Com fama de ser grande feiticeira, muitos moradores a procuravam para a resolução dos mais variados problemas. Desde situações mezinhas do dia a dia, como também vinganças sanguinárias ou pendências amorosas; aliás, estas eram as mais requisitadas. Certa vez, “em uma noite adiantada”, a desgraçada moça Anacleta, com seu filhinho nos braços, vai até a cabana desta bruxa, implorando por ajuda. Ela precisa escapar do amante furioso que queria matá-la ao descobrir que aquela criança, que ela trazia em seu colo, era fruto de adultério. Anacleta implora à bruxa por um filtro amoroso que possa

acalmar a alma de Astolfo, que, de tão exaltado, assassinara a sua criada, confundindo-a com a adúltera.

A feiticeira Cora Mendes se prontifica a ajudá-la, mas o preço é muito alto. A maga exige que a mãe aflita lhe entregue o seu bebê para que o pequeno possa ser sacrificado aos deuses da “Caverna dos Infantes”. A princípio, Anacleta, desesperada, protesta e não aceita tamanha barbárie; no entanto, acaba cedendo, principalmente quando a bruxa a convence de que ela pode, a qualquer momento, ser encontrada na sua cabana e assassinada por seu amante Astolfo. Assim, às quatro horas da madrugada, ambas se dirigem ao altar dos sacrifícios. Neste lugar atemorizante, a profetisa, “pegando o inocentinho por um pé e fazendo-o três vezes golpear sobre sua cabeça, o arrojou afinal ao seio dessa horrível caverna” (ROSA, 2019, p. 21). Depois de presenciar o assassinato do filho, Anacleta solta uma estrondosa gargalhada. “A infeliz estava louca” (ROSA, 2019, p. 21). Depois do crime, Cora Mendes volta para casa, mas, segundo o autor, a “vingança de Deus” não tardou em castigá-la (ROSA, 2019, p. 23).

No caminho para seu velho casebre, uma cobra de “imensa grandeza se enlaçara pela cintura da feiticeira e ambas as mãos lhe lambia” (ROSA, 2019, p. 25). Em seguida, a serpente, depois de dar um bote na ponta da língua da velha cabalística, enroscou-se furiosamente em seu corpo, contorcendo-se até que ambas se despencassem no precipício. Mesmo depois da queda, com a língua dolorida, o joelho fraturado e dores lancinantes pelo corpo, a bruxa sobrevive e consegue chegar até sua miserável choupana se arrastando como réptil pelo chão, seminua e enlameada de barro. Um vizinho a socorre, dando-lhe alimentos, além de chamar um reverendo para a extrema-unção. Cora Mendes aceita a comida, mas dispensa o padre, amaldiçoando-o, não sem antes confessar ao religioso seus supostos crimes e heresias. Mais tarde, Astolfo procura a maga, querendo notícias de sua querida Anacleta e da criança. Tarde demais: Anacleta está morta. Astolfo corre até a caverna dos infantes e não suporta ver a cena de sua amada abraçada ao corpo frio do bebê. Num rompante de desespero, Astolfo, “sacando de um punhal” se mata. “Seu corpo ensanguentado e exânime, tombou junto aos cadáveres da infeliz Anacleta e filho” (ROSA, 2019, p. 40).

O autor termina a novela com um epílogo em que relata a vida infeliz que leva agora a famosa feiticeira, vinte e oito anos depois destas trágicas mortes. Abandonada por todos, sem

nenhum dente na boca, os braços macilentos e os dedos retorcidos, tem como companheiras apenas a dor e a fome. Dessa forma, no fundo de sua “misérrima cabana, tem sorvido de minuto a minuto o fel de uma vida mais dolorosa do que a morte, pois se conserva ainda hoje no mesmíssimo estado, que acima descrevemos” (ROSA, 2019, p. 41).

Depois de conhecermos o enredo desta novela, constatamos que a construção da personagem Cora Mendes, a temida bruxa de São Roque, está calcada tanto em obras da tradição clássica como também em narrativas orais, como os contos do folclore brasileiro. O Barão elabora sua narrativa numa mescla entre cultura popular e erudita. Bakhtin (1993, p. 385), ao analisar a obra de Rabelais, aponta as linhas de força que se entrecruzam e se mesclam na obra desse autor francês: “a cultura popular e a cultura medieval oficial”. Carlo Ginzburg (1987, p. 13), por sua vez, ao estudar o cotidiano e os autos do processo de um pobre moleiro, perseguido pela Inquisição, observa, tendo por base essas reflexões de Bakhtin, que há na cultura, na literatura e nas demais artes, desde o período renascentista, “um relacionamento circular feito de influências recíprocas” entre o erudito e o popular. O mesmo acontece com *A feiticeira*, do Barão. Antônio Joaquim da Rosa busca tanto nas histórias orais de matrizes populares bem como em livros clássicos acadêmicos os ingredientes mais provocadores para desenvolver sua bruxa paulista.

No que diz respeito, por exemplo, ao diálogo com a literatura acadêmica tradicional, não podemos deixar de notar em *A feiticeira*, do Barão de Piratininga, reminiscências das bruxas de Macbeth, de Shakespeare, principalmente no que se refere à aparência, o corpo medonho e grotesco das magas, como também à questão da arte da adivinhação, ou seja, a capacidade de saber o passado e prever o futuro. Em Shakespeare (1995, p. 482), as três feiticeiras encarquilhadas, “esquálidas e estranhas na maneira de vestir que não parecem habitantes da terra”, evocam as três parcas e preveem que Macbeth, um dia, será rei. Já no conto do Barão, Cora Mendes é descrita como uma velha solitária, dedos retorcidos e corpo esquelético com um olhar penetrante. Quando procurada por Anacleto, a bruxa são-roquense, também, assim como as bruxas inglesas de Macbeth, “cercada de um exército de seres infinitos” (ROSA, 2019, p. 13) e portando palavras cabalísticas, diz para a infeliz mãe: “o passado está passado, mas o presente está pejado de infortúnios, e ainda mais negras vejo as

nuvens do porvir” (Rosa, 2019, p. 15). E complementa de forma funesta: “nada existe sobre a terra que me seja desconhecido” (ROSA, 2019, p. 10).

Na novela *A feiticeira*, Cora Mendes é conhecida como uma grande alquimista que elabora filtros mágicos “para abrandar os rigores” da pessoa amada. Ela é aquela que mistura beberagens que causam a “morte ou sofrimento” do inimigo com seu “líquido miraculoso”, mas que também pode levar seus clientes, ao beberem seus chás, à felicidade e ao amor pleno (ROSA, 2019, p. 7). Este, aliás, seria o motivo pelo qual Anacleta adentra a cabana da feiticeira, insistindo por uma bebida mágica que abrandasse o coração de Astolfo.

Não podemos nos esquecer ainda do diálogo intertextual que o Barão tece com o autor alemão Goethe, mais precisamente com o livro *Fausto*, tanto no que diz respeito ao pacto como também quando o Barão faz referências a estas poções mágicas, aos filtros amorosos, às beberagens com plantas elaboradas pela maga na tentativa de abrandar o ódio ou de despertar o amor no parceiro. No que diz respeito aos pactos, lembremos que Mefistófeles se compromete a realizar todos os desejos de Fausto; no entanto, vender a alma ao Diabo tem um preço e tudo deve ser estabelecido mediante um pacto. Se Mefisto exige, nesse contrato, a assinatura com sangue, já que é “um muito especial extrato” (GOETHE, 2004, p. 173), Cora Mendes, por sua vez, segurando forte as mãos de Anacleta, a obriga a repetir maquinalmente um juramento sinistro: “renegar todos os dogmas da fé e cometer todos os crimes” (ROSA, 2019, p. 16), além de dar direitos a esta profetiza da caverna sobre a vida e a morte da desolada moça. Estamos assim diante de uma narrativa que compõe os fios daquilo que Jerusa Pires Ferreira (1995, p. 62) denomina de “tecido fáustico”, ou seja, histórias com personagens pactuárias, inspiradas em Goethe e que estão decalcadas “nas matrizes universais do conto popular”. Já no episódio “A cozinha da bruxa”, Mefistófeles leva o doutor pactário a um casebre sujo, em que bruxas e animais domésticos mexem um grande caldeirão com um “suco mágico”, o qual exalava um cheiro “absurdo e repugnante”, mas que, no entanto, tinha a capacidade diabólica de rejuvenescer em trinta anos o corpo enrijecido de Fausto (GOETHE, 2004, p. 261).

Aliás, caldeirões, casebres e poções mágicas é um trio presente no imaginário popular quando se trata de descrever as bruxas. Toda criança escuta, desde pequena, a história de João e Maria. Perdidos na floresta, famintos, as crianças avistam uma casa de chocolate, em

cujo interior se encontra o fatídico caldeirão fumegante no fogão à lenha. Cora Mendes tem também “seu fogo da lareira” que ajudava a iluminar as “feições sublimes do rosto da profetiza” (ROSA, 2019, p. 13).

O Barão bebe também na tradição popular dos almanaques cabalísticos. *O Livro de São Cipriano: capa preta*, por exemplo, reverenciado por benzedeiros e curandeiros, famoso por conter fórmulas mágicas, rezas fortes, numerologia e cartomancia, circula pelo Brasil desde 1846. Pelas páginas desse curioso livro há várias receitas de filtros mágicos e bebidas miraculosas que podem assegurar casamentos e amores infinitos. São Cipriano revela, por exemplo, a fórmula de uma poção extraordinária para conquistas amorosas imediatas, em que tudo pode ser concretizado em apenas 24 horas. A mulher deve se aproximar do rapaz escolhido,

tendo uma moeda de prata na mão direita, oferecendo-lhe com a outra um cálice de vinho onde se tenha desmanchado uma bolinha do tamanho de um grão de milho, com a seguinte composição: uma cabeça de enguia, um dedal de sementes de cânhamo e duas gotas de láudano. (SÃO CIPRIANO, 2003, p. 82).

São Cipriano reafirma ainda que ninguém jamais se esquecerá da pessoa que um dia lhe oferecer com carinho esse filtro amoroso.

Além da adivinhação, dos filtros mágicos, dos pactos diabólicos, há ainda outra heresia que podemos destacar na novela do Barão: o infanticídio. Ora, quando nos referimos ao sacrifício de recém-nascidos e crianças, é difícil não nos recordarmos da tragédia *Medeia*, de Eurípides, peça teatral que certamente também contribuiu para a construção desta narrativa. Depois de ter sido repudiada pelo marido, num ato de loucura e fúria, a feiticeira da Cólquida primeiro confecciona um manto envenenado para a rival Creusa, em seguida, apunhala os dois filhos que tivera com Jasão, o qual grita desolado ao ver as crianças mortas: “Monstro! Mulher de todas a mais odiada / por mim e pelos deuses, pela humanidade!” (EURÍPIDES, 2013, p. 265). Já na novela do Barão, a feiticeira precisa sacrificar bebês aos espíritos da caverna, não por ciúme, mas para utilizar seus cadáveres na composição de filtros mágicos. Ela também escuta indiferente aos protestos da infeliz mãe que implora pela vida do seu pequenino: “Invoco todos os sentimentos ternos do vosso coração, salvai meu filho, se o



vosso poder é tão irresistível como o destino” (ROSA, 2019, p. 17).

Já na tradição folclórica, Câmara Cascudo (1988, p. 265) comenta que as bruxas brasileiras, tais quais as feiticeiras europeias, são também lembradas, no imaginário popular, por serem infantcidas. Desde a Cuca, apelidada de “o papão feminino” que devora crianças, até a velha horrível, “cobertas de trapos”, que pode se transformar em uma borboleta preta e entrar pela porta do quarto da “mulher parida e chupar o umbigo das crianças que morrem do mal de sete dias” (CASCUDO, 1988, p. 148).

É provável que o Barão também conhecesse Obras do diabinho da mão furada, conto luso-brasileiro do século XVIII, de Antônio José da Silva, o Judeu. Nessa narrativa, o soldado André Peralta vê quatro bruxas desgrenhadas com “caras disformes” se dirigirem reverentes ao Dito-cujo. Depois de se ajoelharem frente ao “príncipe das trevas”, uma delas revela que chupou “o sangue a um menino que não havia mais que dois dias fora batizado” e que ela o deixou “sem vida” (SILVA, 2006, p. 61). Tal informação enfurece o diabo, pois ele desejava que o menino crescesse para que, na idade adulta, fizesse um pacto com Satanás. Assim, o diabinho, tomando de um pau, a “moeu de pancadas, de sorte que lhe aleijou uma perna” (SILVA, 2006, p. 63).

Aliás, algumas feiticeiras, personagens da literatura brasileira, raramente saem impunes de seus possíveis crimes e heresias. Se em Obras do diabinho o próprio demônio castiga a velha necromante com pauladas até deixá-la manca de uma perna, também no conto amazonense “A feiticeira”, de Inglês de Souza, a temida bruxa apelidada de Maria Mucoim, “antiga caseira do vigário”, é perseguida pelo tenente Antônio de Souza, que, depois de questioná-la e inquiri-la sobre um possível pacto com o diabo, vai até seu casebre, agarrando-a “pelos raros e amarelados cabelos, [lançando-a] contra o esteio central” (SOUZA, 2018, p. 32).

Temos ainda a benzedeira Paula, personagem de O Cortiço, de Aluísio de Azevedo. Com dentes pontudos, como dentes de cão, “cortados à navalha”, era apelidada de “A Bruxa”, por benzer “erisipelas e cortar febres por meio de rezas e feitiçarias” (AZEVEDO, 2023, p. 37). Aluísio Azevedo a castigou duramente. Paula morreu carbonizada no incêndio que destruiu as casinhas de João Romão.

Já a feiticeira do Barão de Piratininga também é castigada de forma severa pelo seu

autor. Logo depois de assassinar o filho de Anacleto, Cora Mendes é atacada por uma víbora que a despenca num precipício. Com o joelho quebrado, a feiticeira, para conseguir voltar ao seu casebre, precisa se arrastar, comendo o pó da terra: castigo semelhante ao que foi imposto à maliciosa serpente bíblica do paraíso. Cora Mendes é ainda atormentada por aterradoras visões. Centenas de ossos dos infantes, assassinados por ela, se precipitam sobre sua cabeça, como numa pavorosa dança da morte.

Mas, sabemos, a dura punição direcionada às mulheres consideradas bruxas, infelizmente, não pertence apenas à ficção ou à imaginação fértil de barões ou plebeus. A Inquisição perseguiu, torturou e queimou, na Europa, durante trezentos anos, principalmente durante os séculos que vão do XV ao XVIII, milhares de mulheres rotuladas de feiticeiras. O historiador Brian Levack (1988, p. 22), com base em sólida documentação de arquivos judiciais e religiosos, estima que foram feitos, nesse período, 110.000 julgamentos por bruxaria e umas 60.000 execuções, cifras que representam uma “realidade sinistra, sobretudo se não perdermos de mente que a maioria das bruxas foi processada por crimes que não cometeu...” Anita Novinsky (1994, p. 51) aponta que, em Portugal, foram centenas de mulheres que “compareceram aos autos de fé, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, sendo muitas originárias do Brasil”.

Esse surto histórico de caça às bruxas no período renascentista deixa perplexo, até hoje, os pesquisadores desse tema. Segundo Brian Levack (1988, p. 26), no final do século XVI, tanto pessoas simples do povo como “a maior parte dos europeus instruídos acreditava que as bruxas, além de praticar magia malévola, empenhavam-se também em diversas atividades diabólicas”. Entre essas movimentações demoníacas estavam o pacto com o diabo, a adoração a Satanás, o infanticídio, a cartomancia, as adivinhações, os sabás, o mau-olhado. Acreditava-se também que as feiticeiras tinham o dom de metamorfosearem-se em animais, causarem impotência nos homens, além de provocarem chuvas de granizo ou seca extrema. São inúmeras as calamidades que o simples olhar ou a fala cabalística de uma feiticeira podia acarretar numa comunidade, daí a importância de ser sacrificada e depois queimada numa fogueira.

Para Jean Delumeau (1989, p. 368), o povo vivia amedrontado com as bruxas e queria se livrar delas. As pessoas acreditavam que as magas se “vingavam de uma ordem social

opressiva, zombando do clero e dos nobres”, ao participarem de sabás, em nome de Lúcifer. Silvia Federici comenta que essas perseguições cruéis às mulheres consideradas bruxas se davam principalmente pelo fato de que as feiticeiras tinham um poder e um conhecimento intenso sobre várias plantas medicinais, como se pode ver na personagem Cora Mendes, o que representava ameaça aos dogmas da igreja e aos costumes do mundo feudal. Elas “tendiam a transmitir conhecimentos proibidos, como aqueles referentes às plantas indutoras do aborto, e levar adiante a memória coletiva de sua comunidade” (FEDERICI, 2019, p. 71).

Jean-Michel Sallmann (2002) observa que a bruxa, ao lado do judeu, durante muito tempo na Europa representou o bode expiatório. Seriam os grupos mais odiados pela população e que deveriam pagar pelas desgraças inexplicáveis que assolavam uma comunidade. Em primeiro lugar, as desconfianças recaíam sobre os judeus, afinal, eles não aceitavam Cristo e não se arrependiam de ser deicidas, desprezando Jesus e os demais santos da Igreja Católica. O mesmo acontecia com as bruxas. Muitos acreditavam que elas participavam de rituais satânicos, em que profanavam a hóstia e beijavam o traseiro do diabo. Esses dois grupos não aceitavam o Salvador e desprezavam o cristianismo. Assim, segundo Sallmann (2002, p. 25), tanto as bruxas como os judeus “faziam parte do mundo dos proscritos”. Eles eram vistos como pagãos e politeístas, o que não deixava de ser uma ameaça ao catolicismo da contrarreforma. Desse modo, continua observando Sallmann (2002, p. 25), “as epidemias eram atribuídas, ordinariamente, à ação conjunta destes dois grupos”, e eles deveriam sofrer sérias represálias. No caso das bruxas, não só a gente simples do povo apedrejava e linchava essas pobres mulheres: a Igreja também organizou tratados e manuais para interrogá-las e puni-las severamente. O mais famoso deles é o *Malleus maleficarum*, também conhecido como O Martelo das feiticeiras, publicado em 1484 pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger.

Com base nesse Manual, depois de duramente interrogadas por um eclesiástico, a mulher considerada feiticeira deveria ser conduzida ao cárcere do Santo Ofício e teria “todos os pelos e cabelos [...] raspados de seu corpo” (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 437) antes de passar pela prova do ferro em brasa, ou a “prova do ordálio” (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 445), em que a bruxa deve provar que não tem culpa, ao segurar um ferro incandescente

nas mãos e não se queimar (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 448). Outra tortura consistia em ser espetada por uma longa agulha, em que um frade procurava as marcas demoníacas pelo corpo nu da ré, investigando verrugas ou manchas indolores. Finalmente, em circunstâncias mais graves, aquela mulher acusada por bruxaria ou pacto diabólico deveria ser “queimada na estaca” (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 500). Esta misoginia, este ódio à mulher considerada herege, esta necessidade de maltratar o seu corpo, deformá-lo e eliminá-lo num ritual absurdo entre a dor e a fogueira, levou Russell e Alexander (2019, p. 95) a observar que a caça às bruxas “é um importante capítulo da história da maldade humana, comparável aos crimes do nazismo e do stalinismo no século XX”.

Voltando ao nosso conto, lembremos que o Barão pune severamente sua personagem Cora Mendes. Primeiro o beijo da serpente, que lhe deixou a língua “tão intumescida que lhe não cabia na boca” (ROSA, 2019, p. 20). Interessante pensarmos que o diabo, na simbologia cristã, como comenta Robert Muchembled (2001, p. 26), assume aparências relidas no mundo pagão, como o bode, “uma antiga associação com pão e Thor”. Outras vezes, o tihoso se apresenta como gato, como cão ou como víbora. No livro de Apocalipse (12:9), por exemplo, o “inimigo” é descrito como “o grande dragão, a antiga serpente do paraíso”, que se “chama diabo e Satanás, o sedutor de todo o mundo, sim, foi atirado para a terra, e, com ele, os seus anjos”. Assim sendo, alegoricamente, a personagem Cora Mendes foi castigada, tal qual a bruxa do conto Obras do diabinho da mão furada, pelo próprio demônio, insatisfeito com o infanticídio, já que este assassinato privaria um adulto de contrair pacto demoníaco no futuro. Depois de ter o joelho quebrado e os ossos partidos na queda do abismo, ela é assombrada por “pavorosas imagens”, que conseqüentemente levam a feiticeira a sucumbir “horrorizada ao peso de tão aflitivos infortúnios” (ROSA, 2019, p. 27). Depois, iniciam-se as visões dos ossos que “se transformam num grotesco gigante que a sufoca entre seus braços de ferro” e a “precipita em um lago de fogo”. Antes de ser acordada pela “copiosa chuva” que a fez recobrar a razão, a feiticeira, pensando que morrera, grita atordoada: “Ai de mim, estou no meio do inferno” (ROSA, 2019, p. 27). Podemos ver, tanto nos “braços de ferro” como no “lago de fogo”, metáforas que nos remetem às práticas inquisitoriais. A primeira seria as torturas nos calabouços do Santo Ofício, os ferros das grades, das algemas e da prova do ordálio. Já o lago de fogo, por sua vez, seria a alegoria das inúmeras fogueiras acesas para

matar hereges e impuros, numa tentativa de purificar a sociedade dos grupos marginalizados.

Quando o Barão publica *A feiticeira* em 1854, a Inquisição em Portugal havia terminado havia apenas 28 anos, ou seja, em termos históricos, a perseguição e punição executadas pelo Santo Ofício ainda estavam bem recentes no imaginário popular brasileiro. Os visitantes do Santo Ofício chegaram ao Brasil colonial, na primeira inspeção religiosa na Bahia, em 1591. Esses inspetores religiosos ficaram perplexos com a hibridização das práticas mágicas entre as curandeiras, interpretando-as como credices diabólicas heréticas, uma vez que os conhecimentos religiosos dos indígenas e dos africanos se mesclavam às experiências do encantamento europeu. Laura de Mello e Souza, em seu clássico livro *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, cita o exemplo da benzedeira Maria Joana, a qual representaria “o cruzamento destas vertentes”, num claro exemplo “de sincretismo em elaboração”. Essa senhora “aprendia orações com os índios e as traduzia, inserindo-as na fórmula europeia do conjuro. Com a cafuza Rosa, aprendera as propriedades de certa erva chamada suporá-mirim; fazia lavatório com elas, ia à encruzilhada, à meia noite” (SOUZA, 1986, p. 236). Cora Mendes, a personagem de nossa história, também mescla suas rezas católicas aos conjuros diabólicos, bem como usa ossos na confecção de seus filtros amorosos: um cruzamento de saberes mágicos que vão do europeu ao indígena. Lina Gorenstein comenta, em seu livro *A Inquisição contra as mulheres*, que muitas cristãs-novas eram tidas, pelos visitantes do Santo Ofício, tanto como hereges judaizantes como também como bruxas, uma vez que, “na tradição judaica, desde a Antiguidade, também existiam as práticas consideradas mágicas para conquistar o ser amado” (GORENSTEIN, 2005, p. 109). Essa miscelânea cultural de rituais e conhecimentos místicos, esses diálogos culturais, no Brasil colonial, entre brasileiros, judeus, indígenas, africanos e portugueses foram o estopim para que muitas mulheres fossem enviadas para Lisboa, terminando seus dias queimadas numa praça pública.

Também o infanticídio, real ou imaginário, era uma das práticas mais imputadas às bruxas, tanto na Europa como no Brasil. Segundo ainda Laura de Mello e Souza (1986, p. 202), o “pânico do infanticídio perdurou na mentalidade popular” por muitos séculos. Muitas mulheres pagaram com a vida diante das mortes inexplicáveis dos recém-nascidos. Muitas vezes se associavam “dificuldades na amamentação a infanticídio provocado por bruxas” (SOUZA, 1986, p. 202). Outras doenças, como manchas inexplicáveis pelo corpo de um bebê,

o tétano do umbigo, o qual era apelidado de “o mal de sete dias”, podiam ser consideradas como chupões das feitiças. Em momentos de crise, continua comentando Mello e Souza (1986, p. 202), “atribuir mortes deste tipo a bruxas talvez correspondesse a mecanismo aliviador de tensões e de culpas”. Câmara Cascudo (1988, p. 148) observa que, no Brasil, as pessoas tinham tanto medo do poder das bruxas que, para espantar a presença delas, muitos “colocavam uma tesoura aberta debaixo da cama da (mulher) parida, onde a criança nasceu”.

Por ter cometido o infanticídio, a personagem Cora Mendes é também castigada pelo seu autor, tendo de se arrastar como uma cobra, lambendo o pó da terra, até sua casa. O Barão a descreve como

a víbora maldita de Deus, a expulsa do paraíso, cobertos os cabelos de terra e soltos ao vento, com o corpo chegado a mil feridas, a língua inchada e distendida fora da boca, o joelho fraturado e morta de fome, soltando ora um gemido, ora se maldizendo (ROSA, 2019, p. 34).

Seu vizinho, depois de alimentá-la, acreditando que Cora Mendes estava para morrer engasgada com os ossos de um frango, chama o padre para dar-lhe a extrema unção. Esse frade, metáfora do inquisidor, adentra seu quarto para benzê-la, mas a feitiçeira o escorraça, confessando, além do infanticídio, “sortilégios, crimes espantosos e pacto com o demônio” (ROSA, 2019, p. 36). Horrorizado, o eclesiástico persignou-se, dando a sentença final: “maldita de Deus”. “A feitiçeira respondeu a essa exclamação com uma gargalhada retumbante” (ROSA, 2019, p. 37).

O escritor Hélio Lopes, em *Letras de Minas*, comenta que a crença em feitiças que habitavam a cidade de São Roque era algo comum nos séculos XVIII e XIX. Lopes observa que talvez Bernarda Rupi, uma senhora considerada por muitos como bruxa, tenha sido a inspiração para o desenvolvimento da personagem Cora Mendes na narrativa do Barão. É provável que este escritor a tenha conhecido quando ela estava bem velhinha, com 88 anos de idade. Lopes, com base no *Almanaque Literário*, de José Maria Lisboa, acrescenta que, no ano de 1884, essa cidadã são-roquense morreu “somente com o sacramento da extrema-unção por não querer receber outros, apesar de o padre Belquior de Pontes ter instado com ela por vezes para que o recebesse. Foi sepultada no campo, visto ser feitiçeira” (LOPES, 1997, p. 187).

Infelizmente, a caça às bruxas não é coisa do passado. Em pleno século XXI, a crença

em feiticeiras que raptam e matam crianças ainda persiste no imaginário de muitos brasileiros. Em 2014, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus foi linchada por moradores da bela cidade turística de Guarujá, que fica também no estado de São Paulo, a pouco mais de cem quilômetros de São Roque, município onde vivia a feiticeira Cora Mendes. Fabiane foi vítima tanto de fake news como do fanatismo religioso: duas chagas que teimam em corroer a contemporaneidade. Muitos de seus algozes se arvoraram em ser inquisidores e, julgando-a como infanticida, espancaram-na até a morte, aos gritos de “Queimem a bruxa, queimem a bruxa”.

Ironia das ironias: Fabiane Maria de Jesus, que, aliás, portava dois sobrenomes sagrados, carregava um livro negro nas mãos. Não era *O Livro de São Cipriano: capa preta*, tampouco o *Fausto*, de Goethe. O livro de capa preta, emoldurada com imagens douradas, era a Bíblia. Fabiane, tal qual Bernarda Rupi, também virou personagem trágica, emoldurada entre o insólito e o kafkiano. O final absurdo de sua curta vida é agora, na sociedade do espetáculo, um misto de documentário e cenário, narrado não mais em folhetins ou livretos de banca ou exemplares de sebo, mas no streaming. Seu linchamento bem como seu trágico fim estão perpetuados nas imagens da Globoplay, que podem ser acessadas pela módica quantia de R\$ 14,90 por mês.

## Agradecimentos

Ao Wilson Filho Ribeiro de Almeida, pela revisão e formatação do texto e tradução do resumo para o inglês.

## Referências

A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2013.

ACADEMIA Paulista de Letras. Patronos: Cadeira nº. 19: Antônio Joaquim da Rosa. [20--]. Disponível em: <http://www.academiapaulistadeletras.org.br/patronos.asp?materia=153>. Acesso em: 21 set. 2023.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Imaginaribooks; Folha de São Paulo, 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Lara Frateschi. São Paulo: Hucitec; Brasília: EDUNB, 1993.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

EURÍPIDES. Medeia. In: EURÍPIDES *et al.* **O melhor do teatro grego**. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 193-271

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Tradução de Heci Regina Candiane. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Fausto no horizonte**. São Paulo: EDUC; HUCITEC, 1995.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Cultura das bordas**. São Paulo: Ateliê, 2010.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Tradução de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Fausto: Uma tragédia: Primeira parte**. Tradução de Jenny Klabin Segall. São Paulo: Editora 34, 2004.

GORENSTEIN, Lina. **A inquisição contra as mulheres**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2005.

KRAMER; Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

LEVACK, Brian P. **A caça às bruxas na Europa moderna**. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LOPES, Hélio. **Letras de Minas e outros ensaios**. São Paulo: EDUSP, 1997.

MUCHEMBLED, Robert. **Uma história do diabo**. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROSA, Antônio Joaquim da. **A feiticeira**: novela são-roquense. São Roque: José Hypólito da Silva, 1919. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3803/1/016197\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3803/1/016197_COMPLETO.pdf). Acesso em: 21 set. 2023.



ROSA, Antônio Joaquim da. **A feiticeira**: novela são-roquense. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2019.

ROSENTHAL, Erwin Theodor. Discurso de Posse. Academia Paulista de Letras. [20--]. Disponível em: <http://www.academiapaulistadeletras.org.br/discursos.asp?materia=998>. Acesso em: 21 set. 2023.

RUSSELL, Jeffrey; ALEXANDER, Brookes. **História da bruxaria**. Tradução de Álvaro Cabral e Willian Lagos. São Paulo: Aleph, 2019.

SALLMANN, Jean-Michel. **As bruxas noivas de Satã**. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

SANTOS, Joaquim Silveira dos. **São Roque de outrora**. São Roque: Merlot comunicações, 2010.

SÃO CIPRIANO. **O livro de São Cipriano**: capa preta. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

SHAKESPEARE, Willian. Macbeth. *In*: SHAKESPEARE, Willian. Obras completas. V. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 476-528.

SILVA, Antonio José da. **Obras do diabinho da mão furada**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2006.

SOUZA, Inglês de. **Contos amazônicos**. 2. ed. Jundiaí: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Recebido em: 27.09.2023

Aprovado em: 22.11.2023